
Segmento: Câmara Municipal de Porto Alegre

06/07/2017 | Correio do Povo | Capa | 1

Invasão e tumulto na votação da Previdência Municipal

PÁGINA 21

06/07/2017 | Correio do Povo | Taline Oppitz | 6

Carinho

O presidente da Câmara, Cassio Trogildo, assumirá interinamente a Prefeitura de Porto Alegre por três dias. Amanhã, às 9h, Trogildo transmitirá o comando do Legislativo ao vice Valter Nagelstein. Como prefeito em exercício, o vereador assinará projeto do Executivo, que será encaminhado à Câmara, criando o Fundo Municipal de Segurança. No mês passado, foi aprovado pela Casa projeto semelhante, de autoria de Trogildo. Como há entendimento na prefeitura de que a iniciativa é de sua atribuição exclusiva, a proposta do vereador será vetada, mas a paternidade da ideia, reconhecida.

06/07/2017 | Correio do Povo | Geral | 20

Quórum suspende sessão

A sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia Móvel, que pretendia ouvir os representantes do Ministério Público Estadual (MP/RS) sobre os motivos da má qualidade do serviço prestado pelas operadoras em Porto Alegre, não foi realizada ontem por falta de quórum. A reunião que estava marcada para ocorrer às 10h, no plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal, teve a participação de apenas quatro vereadores. A comissão é formada por 12 parlamentares. O presidente da CPI da Telefonia Móvel, vereador Valter Nagelstein (PMDB), disse que os 36 vereadores assinaram a CPI no começo do ano.

“Existem 1,5 milhão de telefones em Porto Alegre e o serviço prestado apresenta problemas. Nosso trabalho na CPI é verificar os motivos de tanta reclamação”, ressaltou. Os quatro promotores do MP/RS estiveram na Câmara das 9h45min às 10h30min. Nagelstein disse que pretende conversar com os partidos para verificar o que está acontecendo. “A telefonia é a principal reclamação no Procon local e o tema precisa ser discutido na Câmara”, destacou. As telefônicas foram as campeãs de reclamações no Procon em maio. Dos 2.639 registros do mês, 19,02% foram queixas contra essas empresas, por falta de cobertura de sinal, cobrança indevida e dificuldade para cancelamento de contratos.

06/07/2017 | Correio do Povo | Geral | 21

Após tumulto, alíquota é aprovada

Em sessão extraordinária realizada em uma sala no 3º andar, após o plenário Otávio Rocha ser invadido pelos municipais, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre aprovou ontem à noite por 20 votos a seis, com uma abstenção, o projeto de lei complementar (PLC) 004/17, que eleva de 11% para 14% a alíquota de contribuição dos servidores para o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos Municipais (Previmpa). A estimativa é de arrecadação de cerca de R\$ 30 milhões por ano com o novo percentual. Conforme o prefeito Nelson Marchezan Júnior, o objetivo é preservar o equilíbrio das finanças públicas municipais e reduzir o impacto atuarial do Previmpa.

No início da noite, servidores contrários ao aumento da alíquota invadiram o Plenário Otávio Rocha instantes antes de o texto começar a ser votado. Cerca de 200 pessoas assistiam à sessão das galerias e uma parte pulou a mureta que separa o Plenário. Os manifestantes correram para a Mesa Diretora, que era presidida temporariamente pelo vereador Valter Nagelstein (PMDB). O líder do governo, vereador Cláudio Janta (SD) lamentou que a democracia tenha sido desrespeitada, forçando os vereadores a encerrarem a sessão por volta das 18h40min e retomada mais tarde em outro local. O presidente da Casa, vereador Cássio Trogildo (PTB), se reunia com a procuradoria da Câmara para debater questionamentos sobre o projeto.

Os manifestantes foram contidos pela Guarda Municipal e pelo menos uma pessoa foi detida. A Brigada Militar também foi acionada. O PLC propõe alteração da lei complementar 505, de maio de 2004. Conforme o texto, a mudança aprovada passaria a ter vigência a partir de 1º de julho. A Procuradoria da Câmara e o relator Márcio Bins Ely já tinham apontado inconstitucionalidade no projeto, que havia sido analisado na CCJ e houve empate de 3 a 3 sobre a existência ou não de inconstitucionalidade e mesmo assim foi para plenário.

06/07/2017 | Correio do Povo | Geral | 22

Congresso discute profissão

A regulamentação da profissão de artesão, a Previdência Social (contribuição e aposentadoria) e o cooperativismo foram alguns dos temas discutidos ontem no 8º Congresso dos Trabalhadores Artesãos do Rio Grande do Sul. O evento, realizado no plenário Ana Terra, da Câmara Municipal de Porto Alegre, contou com as presenças do deputado Adão Villaverde e do vereador Aldacir Oliboni, ambos do PT. A presidente da Frente Gaúcha dos Artesãos, Rejane Beatriz Verardo, defendeu a valorização dos profissionais que hoje no Estado totalizam mais de 46 mil ativos e cadastrados, conforme Programa Gaúcho do Artesanato.

Deste total, 80% são mulheres. Na Capital, segundo Rejane, a estimativa é que 17 mil pessoas vivem do artesanato. “O reconhecimento da profissão vai significar a valorização do nosso trabalho, a garantia de direitos como a aposentadoria e um espaço na sociedade”, comentou. Durante o evento, foi realizada também a eleição de 30 delegados que vão representar o Estado no 8º Congresso Nacional dos Trabalhadores Artesãos, que será realizado de 28 a 30 de agosto, em Brasília. Os profissionais gaúchos debateram ainda a proposta de criação da Federação Estadual dos Artesãos do Rio Grande do Sul.

06/07/2017 | Correio do Povo | Polícia | 24

Programa de segurança discutido na Câmara

A Câmara Municipal de Porto Alegre começou a discutir projeto de lei que institui o Programa Segurança Compartilhada na Capital. A proposta, assinada pela vereadora Comandante Nádia (PMDB), prevê pagamento de gratificação ao policial que integrar a iniciativa. O Programa Segurança Compartilhada pretende aumentar o policiamento ostensivo, reduzir os índices de criminalidade e ampliar o combate ao comércio ilegal de produtos com o emprego de agentes de segurança pública das esferas nacional, estadual e municipal nas operações. A proposta ainda prevê a integração entre os agentes de segurança pública e o compartilhamento de dados entre os entes conveniados.

A vereadora propõe que os servidores que exercerem atividade municipal com base no convênio sugerido no Programa poderão receber uma gratificação por desempenho de atividade outorgada, a ser estabelecida por lei, bem como outras formas de compensação. O valor da gratificação poderá ser calculado sobre o valor da hora extra paga aos servidores na sua função de origem. “A proposição tem por objetivo elevar o efetivo de policiais atuando em Porto Alegre, possibilitando a concessão de vantagem pecuniária a esses profissionais, o que aumentará a segurança pública na Capital”, comentou a vereadora. “Os valores correspondentes serão fixados por decreto, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras correspondentes”, explicou a Comandante Nádia.

06/07/2017 | Diário Gaúcho | Capa | 1

Votação e confusão na Câmara

Bronca durante debate da contribuição de servidores

Pág. 04

06/07/2017 | Diário Gaúcho | A Vida da Gente | 4

Aprovada elevação em contribuição

Em sessão tumultuada, vereadores autorizaram elevação de 11% para 14% em índice previdenciário.

Após uma sessão tumultuada, encerrada quando servidores invadiram o espaço da Mesa Diretora da Câmara Municipal na tarde de ontem, vereadores aprovaram o projeto que prevê o aumento da contribuição previdenciária dos trabalhadores de 11% para 14%. A proposta teve 20 votos favoráveis e seis abstenções em uma sessão extraordinária, ocorrida à noite.

A sessão ordinária foi tensa desde o início, quando parte dos servidores foram impedidos de entrar no plenário e tiveram de ficar no saguão. Sob protestos dos funcionários, os trabalhos foram interrompidos duas vezes, até que as portas fossem liberadas para quem estava fora. A vereadora Fernanda Melchionna (PSOL), líder da oposição, chegou a pedir o adiamento da votação, mas o recurso foi rejeitado por 20 a 11 no plenário.

Empurra-empurra

Por volta das 19h, um grupo de servidores que acompanhava a sessão deixou a plateia e dirigiu-se à Mesa Diretora, onde se iniciou um empurra-empurra com vigilantes e guardas municipais durante fala do vereador Cláudio Janta (SD), líder do governo. A decisão de encerrar a sessão foi do vereador Valter Nagelstein (PMDB), que presidia os trabalhos.

Segundo o diretor-geral do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa) Alberto Terres, o grupo saiu das galerias e invadiu o plenário com a intenção de evitar que os vereadores votassem o projeto, considerado desfavorável aos servidores:

— Ocupamos o plenário para avisar os vereadores que esse projeto é inconstitucional e que cabe a eles observar a Constituição. Se eles resolverem fazer uma sessão sem o povo, ficará na conta do presidente da Câmara de não deixar o povo participar democraticamente.

06/07/2017 | Jornal do Comércio | Capa | 1

Tumulto marca sessão que elevou o desconto de servidor da Capital

Página 23

06/07/2017 | Jornal do Comércio | Fernando Albrecht | 3

Carnaval privado

O vereador de Porto Alegre Felipe Camozzato (Novo) será o relator do projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) de Porto Alegre. O relatório do vereador deve ser entregue amanhã, com parecer contrário à emenda que prevê destinação de R\$ 10,38 milhões para a realização do Carnaval nos próximos quatro anos. Aliás, o projeto do PPA parece oficina de solda. Até agora, já tem 88 emendas.

06/07/2017 | Jornal do Comércio | Política | 23

Aprovada elevação a 14% da alíquota do Previmpa

Sessão teve confronto entre manifestantes e guarda municipal

No dia mais conturbado do ano na Câmara Municipal de Porto Alegre, os vereadores aprovaram, ontem à noite, em sessão extraordinária, o projeto de lei que determina o aumento da alíquota de contribuição ao Previmpa de 11% a 14%, encaminhado pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB). Desde o começo da sessão ordinária, às 14h30min, o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa) promoveu uma manifestação massiva que lotou as galerias da Casa para protestar contra o projeto.

Com um número de seguranças muito maior do que o de outros dias, a maior parte do público presente carregava cartazes e cantava frases pedindo democracia e o fim da política de austeridade de Marchezan, e se mostravam irredutíveis em ceder no que chamavam de ataque aos trabalhadores municipais. Vereadores do PMDB chegaram a apresentar uma emenda que propunha um aumento escalonado, partindo de 12% a partir deste ano; 13%, em 2018; e 14%, em 2019, mas esta foi retirada após pressão do Simpa. De acordo com o vereador Idenir Cecchim, a emenda havia sido construída a partir de uma conversa com o próprio sindicato. Durante o pronunciamento do vereador Aldacir Oliboni (PT), o presidente da Casa suspendeu temporariamente a sessão por conta da confusão que se alastrava do lado de fora do plenário, considerando interrompê-la de forma definitiva se não houvesse uma forma de garantir a segurança do local.

“Não vou correr o risco de colocar mais de 150 pessoas, acontece qualquer sinistro e a responsabilidade civil e penal é minha e da mesa diretora, e nós não vamos assumir esse risco”, disse Cassio Trogildo (PTB) aos líderes das bancadas. A vereadora Fernanda Melchionna (PSOL) foi vítima de um dos jatos de spray de pimenta. “Estavam agredindo os servidores lá na frente, fui lá, e os guardas privados não me deixaram passar, me seguraram pelo braço”, relatou Fernanda. “Quando fui falar com os servidores, começou um empurra-empurra. Jogaram spray de pimenta na cara das pessoas, inclusive na minha.” O diretor-geral do Simpa, Jonas Reis, foi alvo de um tiro de arma elétrica e encaminhado, junto com mais duas pessoas, ao ambulatório da Câmara. Em um primeiro momento de contato com Reis, a reportagem o encontrou levemente atordoado e com o rosto inchado e vermelho, por também ter sido alvo de spray de pimenta. Depois, Reis, recomposto, criticou a atitude dos guardas locais.

“A presidência da Câmara contratou uma guarda privada desqualificada, que não sabe como funciona o plenário e o legislativo, estavam ali como leões de chácara só para baterem nas pessoas”, disse. “Algemaram servidor do HPS como se fosse criminoso, e nós queríamos que eles tirassem as algemas. Os guardas municipais não têm mais coragem de fazer esse serviço sujo com os colegas trabalhadores, por isso contratam guardas privados.” Para dar continuidade à sessão, o líder do governo, vereador Claudio Janta (SD), negociou a saída de parte dos manifestantes para tentar equilibrar o clima tenso e dar prosseguimento à sessão, de modo que se cumprisse o pedido de Trogildo para evitar mais casos de violência. O vereador Felipe Camozzato (Novo) questionou o motivo da saída de pessoas ligadas ao seu partido e ao Livres, antigo PSL, que estavam sentadas nas galerias, para dar continuidade à sessão. “Teve gente fazendo problema, sim, no lado de fora, mas esses que deveriam ser retirados, não quem estava sem fazer nada.” A sessão prosseguiu com a entrada de mais pessoas, que passavam por um processo de identificação e revista para ingressar nas galerias.

Na continuidade dos discursos, o único vereador do PMDB que declarou voto contrário ao aumento da alíquota, André Carús, destacou a audiência pública que o partido promoveu sobre o tema, e afirmou que a vereadora Sofia Cavedon (PT) teria “passado da linha”, ao criticar o PMDB pelo fato de quase toda a bancada, com exceção dele, estar inclinada a votar a favor do projeto. Ainda assim, ele se mostrou contrário ao projeto, porque disse que, após a intenção de Marchezan acabar com o aumento salarial pela inflação, o projeto que estava sendo votado traria mais um impacto ao servidor público. Fernanda entrou com requebra para que a votação fosse adiada e teve votos favoráveis de quase todos os mesmos vereadores que votaram contra o projeto no fim da noite. O vereador Cassiá Carpes (PP) chegou a se retirar e caminhou em direção à copa da Câmara quando a votação iniciou, mas sua colega de bancada, Mônica Leal, foi atrás dele. Em seguida, ele retornou ao seu lugar, com Mônica o acompanhando por trás e com as mãos escoradas de leve nas costas dele, e votou de forma contrária ao projeto de Fernanda.

Ela também havia entrado com recurso para suspender a votação, após seu requerimento ser derrubado em plenário. Contudo, o clima mais ou menos pacífico logo ficou conturbado quando o plenário foi ocupado pelos manifestantes, que chegaram a subir na Mesa Diretora, o que levou a sessão a ser suspensa. Embora se debatesse que a votação pudesse ocorrer na próxima semana ou em uma sessão extraordinária, hoje, a presidência reabriu os trabalhos em torno das 20h15min, na sala de reuniões no terceiro andar da Casa, resguardada pela presença do Batalhão de Choque da Brigada Militar, para votar o projeto. O texto foi aprovado com 20 votos favoráveis, um a mais do que o necessário.

Mauro Zacher (PDT) se absteve, e os votos contrários foram de Airto Ferronato e Paulinho Motorista, ambos do PSB, e dos

vereadores João Bosco Vaz (PDT), André Carús (PMDB), Dr. Thiago (DEM) e Cassiá Carpes (PP), o único da base a não votar com o governo. A oposição boicotou a sessão por conta do aviso de última hora para a votação, afirmando que o procedimento foi antirregimental. “Uma votação extraordinária tem que ser convocada 48 horas antes. Uma convocação 10 minutos antes, via WhatsApp, que foi o que aconteceu, não é válida”, disse Fernanda Melchionna.

06/07/2017 | Metro | Capa | 1

Município passará a descontar 14%

Câmara aprovou em sessão noturna elevação da alíquota previdenciária

PÁG. 2

06/07/2017 | Metro | Foco | 2

Câmara. Após tumultos, passa elevação de alíquotas

O dia de ontem foi bastante conturbado na Câmara Municipal. Pouco antes das 19h, o plenário foi invadido por manifestantes, o que resultou no encerramento da sessão. Cerca de duas horas depois, porém, foi feita uma convocação extraordinária em que foi aprovado por 20 votos a 6 o projeto de lei da prefeitura que aumenta a alíquota de contribuição previdenciária dos servidores municipais de 11% para 14%. A oposição informou que irá questionar a votação na Justiça, uma vez que, pelo regimento da Casa, uma sessão extraordinária só pode ser convocada com 48 horas de antecedência, a não ser em casos de extrema urgência.

A invasão do plenário aconteceu durante manifestação do vereador Cláudio Janta (SD), líder do governo Marchezan no Legislativo. Para a continuidade dos trabalhos, foi solicitado que os manifestantes desocupassem o local, o que não foi atendido. A tarde já havia sido marcada por confusão. O presidente da Câmara, Cássio Trogildo, chegou a determinar que fossem identificados todos os municípios que fossem acompanhar a sessão.

06/07/2017 | Zero Hora | Capa | 1

Confusão no Plenário

Protesto de servidores municipais da Capital interrompeu por duas vezes sessão da Câmara que discutia aumento de 11% para 14% na contribuição à Previdência de ativos e inativos. Projeto acabou sendo aprovado à noite, em sessão extraordinária.

Porto Alegre | 27

06/07/2017 | Zero Hora | Sua vida | 26

Cultura pode ter gestão privada

PREFEITURA PREVÊ PARCERIAS com organizações sociais sem fins lucrativos em sete espaços culturais da cidade

Vem de São Paulo a inspiração da prefeitura de Porto Alegre para uma mudança profunda na forma de gerir os espaços culturais da cidade. A partir de 2018, locais como a Usina do Gasômetro e a Cinemateca Capitólio deverão ser administrados não por funcionários públicos, mas por organizações sociais (OS) – como funciona na Orquestra Sinfônica e no Museu do Futebol da capital paulista.

O plano do Executivo, porém, levanta questionamentos entre produtores culturais e classe artística. Um dos temores é que, com esse tipo de parceria, os espaços fiquem inacessíveis ou muito caros para iniciativas de cultura.

A ideia da prefeitura é que seja feita uma parceria entre o governo e instituições privadas sem fins lucrativos, como fundações e associações de amigos. De acordo com o secretário-adjunto da Cultura, Eduardo Wolf, a chamada para seleção ainda não tem data definida.

– Queremos organizações que tenham expertise e agilidade para administrar os equipamentos culturais – comenta.

Em São Paulo, o modelo funciona assim: por meio de um contrato, o Estado determina o que deve ser feito pelas OSs – quais atividades serão ofertadas e quantos espetáculos e exposições o espaço poderá receber, por exemplo –, e as organizações atendem à demanda com a verba repassada pelo governo.

– As OSs são movidas a metas: recebem uma quantia de dinheiro e devem fazer o que é pedido pela Secretaria de Cultura. Aquelas que não fazem o que foi pedido, fazem mal feito, perdem o poder de gestão – explica Ronaldo Bianchi, que já foi presidente da TV Cultura e secretário-adjunto de Cultura no Estado de São Paulo.

Na Pinacoteca da capital paulista, gerida pela Associação Pinacoteca Arte e Cultura desde 2006, uma das metas estabelecidas no ano passado era promover visitas guiadas para 16,3 mil estudantes de instituições de ensino públicas e privadas. O local, ao longo de 2016, recebeu 17.320 alunos.

Segundo Wolf, ainda não está definido quais serão os primeiros dos sete espaços culturais a receberem o modelo: Centro Municipal de Cultura, Teatro de Câmara Túlio Piva, Pinacoteca Ruben Berta, Cinemateca Capitólio, Museu Joaquim Felizardo, Arquivo Histórico Moysés Vellinho e Usina do Gasômetro. Um estudo está sendo feito para verificar as necessidades de cada espaço, e a adoção do modelo deve ser gradativa.

Oposição afirma que não aceitará ideia do governo

O professor de Economia da Cultura na UFRGS e coordenador do grupo de pesquisa Economia, Cultura e Desenvolvimento (UFRGS/CNPq), Leandro Valiati, ressalta que é fundamental “um projeto para que o governo e as instituições trabalhem em cooperação”:

– Não dá para simplesmente entregar um equipamento para uma instituição privada, o Estado tem de ter capacidade de acompanhar a gestão. É preciso deixar claro que essa parceria gere benefícios para a sociedade.

Oposição a Nelson Marchezan na Câmara, a vereadora Sofia Cavedon (PT) promete que brigará contra a proposta do Executivo. Conforme a parlamentar, parcerias com o setor privado só são válidas como complemento à gestão municipal em projetos específicos – ou seja, o comando dos espaços teria de ficar nas mãos da prefeitura.

– Um governo não está aqui para favorecer negócios: tem de fazer a gestão pública e oportunizar o acesso a quem não pode pagar – afirma a parlamentar, criticando a cobrança de ingressos “inacessíveis” para uso do Araújo Vianna.

Wolf comenta que a gestão, no entanto, será diferente do modelo adotado no auditório. O espaço cultural é administrado pela Opus – que investiu R\$ 18 milhões em sua reforma – e a prefeitura tem o direito de utilizar o Araújo Vianna em datas específicas e custeia serviços de limpeza, segurança e produção dos dias em que promove shows e espetáculos.

– Produtoras e empresas privadas com fins lucrativos não entram na proposta que queremos adotar nesses espaços. O modelo que queremos dá mais controle para o setor público. As organizações sociais serão avaliadas para que uma boa programação seja entregue ao público, e todos os lucros serão revertidos exclusivamente para a atividade fim no equipamento que ela administra – diz o secretário.

Preocupado, o presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões do Rio Grande do Sul (Sated/RS), Fábio Cunha, diz ser contrário à iniciativa por não haver um debate envolvendo artistas, produtores culturais, governo e organizações sociais. Cunha comenta que, em outras situações, a parceria público-privada não deu certo porque não houve diálogo:

– O contrato (do Araújo Vianna) foi muito mal discutido na época. Só 25% das datas são da prefeitura. Queremos propor diálogos e

audiências para que toda a sociedade se envolva. A não discussão assusta a classe, porque não sabemos como os artistas utilizarão esses espaços.

06/07/2017 | Zero Hora | Sua vida | 27

Câmara aprova alta no índice previdenciário

EM SESSÃO TUMULTUADA, vereadores de Porto Alegre aumentaram contribuição para 14%

Após uma sessão tumultuada, encerrada quando servidores invadiram o espaço da Mesa Diretora da Câmara Municipal à tarde, vereadores aprovaram o projeto do Executivo que eleva a contribuição previdenciária dos trabalhadores de 11% para 14%. A proposta, que teve 20 votos favoráveis, seis contrários e uma abstenção, foi apreciada em uma sessão extraordinária na noite de ontem. A convocação foi distribuída por e-mail.

A sessão ordinária foi tensa desde o início, quando parte dos servidores foi impedida de entrar no plenário e teve de ficar no saguão. Do lado de dentro, sob protestos, os trabalhos foram interrompidos duas vezes, até que as portas fossem abertas. A vereadora Fernanda Melchionna (PSOL), líder da oposição, chegou a pedir o adiamento da votação, mas o requerimento foi rejeitado por 20 a 11.

Por volta das 19h, um grupo de servidores que acompanhava a sessão deixou as galerias e dirigiu-se à Mesa Diretora, onde ocorreu um empurra-empurra com vigilantes e guardas municipais durante fala de Cláudio Janta (SD), líder do governo. A decisão de encerrar a sessão foi de Valter Nagelstein (PMDB), que presidia os trabalhos.

– Tudo transcorria bem até o momento da invasão – declarou.

Segundo o diretor-geral do Sindicato dos Municipários (Simpa) Alberto Terres, o movimento em direção ao plenário teve a intenção de evitar que o projeto, considerado desfavorável aos servidores, fosse votado:

– Ocupamos o plenário para avisar os vereadores que esse projeto é inconstitucional e que cabe a eles observar a Constituição. Se eles resolverem fazer uma sessão sem o povo, ficará na conta do presidente da Câmara não deixar o povo participar.

A sessão extra, que aprovou o projeto, não ocorreu no plenário, mas em uma sala menor.

PSOL DEVE INGRESSAR COM AÇÃO NA JUSTIÇA

Um servidor foi detido e encaminhado ao Palácio da Polícia – conforme a Guarda Municipal, ele agrediu um vigilante. Atingido com gás lacrimogêneo, outro trabalhador foi à enfermaria.

– Servidores municipais e sindicatos invadiram o plenário, subiram nas mesas, empurraram vereadores, agrediram pessoas para fazerem valer a sua opinião – disse o vereador Felipe Camozzato (Novo), enquanto gravava um vídeo no plenário.

Fernanda Melchionna, que responsabiliza “a política autoritária de Marchezan” pelo dia de tensão, afirma que ingressará na Justiça contra a votação:

– É uma manobra antidemocrática e autoritária, que a oposição não respaldou. O artigo 211 (do regimento interno) diz que convocações extraordinárias têm que ser com 48 horas de antecedência. É inaceitável um confisco do salário dos servidores votado dessa maneira.

REFLEXOS DO PROJETO

-A prefeitura pretende economizar R\$ 30 milhões ao ano com a Previdência. O governo argumenta que vários Estados têm reconhecido necessidade de incremento no sustento de suas previdências.

-Entre os servidores e a oposição, a proposta é criticada por reduzir o salário que o funcionário público recebe, podendo afetar o poder aquisitivo dele e a economia da cidade.

06/07/2017 | Zero Hora | Contracapa | 48

Cultura sob nova direção?

Com inspiração em modelo de gestão implicado em São Paulo, espaços culturais da prefeitura da Capital deverão ser administrados por organizações privadas sem fins lucrativos a partir de 2018.

Porto Alegre | 26